



Unidades de Conservação nos Campos Gerais do Paraná - de Isonel Sandino Meneguzzo (Org.)

Editora Estúdio Texto

Leandro Baptista < leandro.baptista@live.com >

Professor do Departamento de Turismo da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, PR, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebido 11-mai-2015

Aceite 28-mai-2015

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

BAPTISTA, L. Unidades de Conservação nos Campos Gerais do Paraná - de Isonel Sandino Meneguzzo (Org.). Resenha de livro. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 15 n.2., p.211-217, ago. 2015.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



PATROCÍNIO



A obra

“Unidades de Conservação nos Campos Gerais do Paraná” lançado pela Editora Estúdio Texto de Ponta Grossa, em 2015 e organizado por Isonel Sandino Meneguzzo, divide a autoria de quatro dos seis capítulos presentes na obra. Ela conta com 87 páginas e é um dos poucos livros que traz observações sobre a temática conservacionista a partir do olhar em direção às áreas naturais criadas no segmento leste do segundo planalto paranaense legalmente protegidas nos âmbitos estadual e federal.

Como a própria provocação contida na capa demonstra, diferentes abordagens são remetidas ao leitor, que tem a oportunidade de aprofundar conhecimentos a respeito da gestão e do manejo de Unidades de Conservação (UC), muitas vezes negligenciados pela corrente acadêmica que privilegia, em maior escala, investigações sobre os aspectos biológicos destas áreas, movimento este já ironicamente discutido em “Os estabelecidos e os outsiders” (ELIAS; SCOTSON, 2000).

A apresentação (página 11) permite contextualizar o processo científico criativo que originou os resultados debatidos em relação às sete UC analisadas, onde o próprio organizador (2015, p. 11) salienta que tratam-se de “algumas das mais importantes unidades de conservação situadas na região”, destacando o papel de difusão do conhecimento à sociedade em geral a partir de aspectos conceituais, teóricos e metodológicos.

No primeiro capítulo, “A conservação da natureza: nota introdutória”, contido entre as páginas 13 e 20, é realizada uma reflexão sobre os conceitos preservação e conservação, de forma teórica e à luz do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), enfatiza ainda as motivações que levaram diferentes países a enxergarem a necessidade de proteger o meio ambiente para proteger ecossistemas e o modelo que os governantes têm se apoiado para atingir tal objetivo.

Logo no primeiro parágrafo Meneguzzo (2015) demonstra insatisfação pela confusão conceitual acerca dos termos preservação e conservação, que possuem conceitos e práticas não opostas, mas diferenciadas. Apoiado pelo cientista social Diegues (2000), o autor evidencia o papel conservacionista, a partir do qual se permite o uso adequado e compatível dos recursos naturais, enquanto o enfoque preservacionista restringe o uso da natureza, mesmo que de forma indireta, como é o caso do turismo, por exemplo.

Ainda sobre esta problemática, o autor discute os mesmos conceitos apresentados a partir da Lei 9.985/2000, referência para a criação de UC federais no país em dois grupos, intitulados: Unidades de Proteção Integral, que abrangem as categorias Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre; enquanto o grupo das Unidades de Uso Sustentável apresenta outras sete categorias de proteção, sendo: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e a Reserva Particular do Patrimônio Natural. Para tanto, Meneguzzo (2015) chama atenção para a redundância estabelecida pelo SNUC em relação ao conceito de conservação, que traz a expressão “utilização sustentável” e que esta deve garantir a existência da natureza para “gerações futuras”, pois pressupõe-se que, se é desenvolvida de maneira sustentável, implicará na manutenção do meio para ser herdado no futuro.

Além desta redundância e com especial advertência, destaca o uso da palavra preservação ao elucidar a prática conservacionista como o “manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação (...)”, descrita em Lei (BRASIL, 2000) e desconexa ideologicamente uma expressão da

outra, como apresentado de início e corroborado pelo autor, ao indagar a incompatibilidade: “como o ser humano pode manejar a natureza, preservando-a?” (MENEGUZZO, 2015, p. 14).

Em continuidade discursiva e reflexiva sobre o tratamento dado à proteção legal da natureza em escala temporal, retorna-se ao primeiro Congresso Internacional para a Proteção da Natureza (1923) considerado como marco histórico do movimento conservacionista, passando pela Conferência Internacional da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, onde foi criada a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos seus Recursos (UICN) e alcança o recente programa Man and Biosphere (MaB), igualmente sob a tutela da UNESCO. Mesmo com vários “saltos” históricos nesta linha do tempo, especialmente em relação a não citação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), os principais avanços políticos de ordem global contribuem para sintetizar o hiato temporal que a humanidade necessitou para compreender sua complexa interação com o meio ambiente, fazendo parte de um sistema em decadência devido ao seu uso intensivo e predatório.

Neste cenário, de degradação ambiental, crescimento de movimentos ambientalistas e com a realização de eventos internacionais, emergiram estratégias com objetivos de frear a exploração exacerbada dos recursos naturais e diminuir a extinção de espécies. Uma das tentativas de solucionar estes problemas residiu na criação de UC, visando controlar territórios e estabelecer limites do seu uso.

Para tanto, o modelo adotado para limitar estas áreas em países como Austrália, Nova Zelândia, México e também no Brasil, veio a partir dos Estados Unidos, pioneiro na categoria, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872, enquanto o primeiro Parque Nacional brasileiro é legitimado somente 65 anos mais tarde. Cabe ressaltar, ainda que não tenha sido discutido por Meneguzzo (2015), que este modelo é bastante controverso ao ser importado tal como é concebido em sua origem, pois não considera a diversidade cultural de populações locais, fato esse amplamente criticado por Diegues (2000, p. 114) ao destacar que, “o objetivo é conservar uma área ‘natural’ (...), sem se atentar para o fato de grande parte dessas ‘áreas naturais’ estarem sendo habitadas por populações que nada têm de ‘modernas’ e ‘tecnológicas’”.

Mesmo com as críticas construtivas sobre o modelo proposto SNUC ao criar UC, o autor conclui o capítulo posicionando-se favorável às mesmas, pois entende que representam avanços para a educação, ciência, preservação, conservação, cultura e socialização dos indivíduos.

Entre as páginas 21 e 41 é investigada “A efetividade das políticas ambientais para a Conservação da Natureza nos Parques Estaduais dos Campos Gerais do Paraná”, segundo capítulo da obra. Nele está expressa parte dos resultados obtidos pela tese defendida em 2013 pelo autor, onde a proposta metodológica de análise para cinco diferentes UC é descrita. São contextualizadas as políticas ambientais no Brasil antes da Lei 9.985/2000 ser sancionada, além da região dos Campos Gerais ser descrita.

Os procedimentos metodológicos utilizados por Meneguzzo e Oka-Fiori (2015) valeram-se de revisão do estado da arte, levantamento da legislação vigente considerando o Decreto Federal 4.340/2002 em seu capítulo relacionado aos mosaicos (sobreposição de diferentes UC) com objetivo de constituir corredores ecológicos, entrevistas estruturadas a gestores das Unidades de Conservação em estudo e discussão dos resultados.

Em relação às políticas ambientais, os autores chamam a atenção para algumas vertentes que buscam compreender a preocupação no país para o assunto. Iniciando com os estudos a partir de Cunha e Coelho (2009) aceita-se que o período em que o Brasil viveu sob a ditadura militar, onde

as políticas preservacionistas voltadas ao meio ambiente entraram em contradição com as tentativas modernizantes e integradoras do Estado, não permitiu que houvesse discussões com a população em geral, ouvidas somente a partir de 1985, mas que culminou, de fato, para mudanças, somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Uma opinião divergente é apresentada por Philippi Junior, Bruna e Silveira (2005) ao atribuírem à Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) a manutenção do equilíbrio ecológico nacional. Contudo, uma visão mais abrangente é disposta por Souza (2005) que trata o tema sob três óticas: a corretiva, preponderante na década de 1970; a preventiva, estabelecida na década de 1980 e; a integradora, iniciada a partir de 1990, portanto, de forma tardia. Outro mecanismo importante destacado é o papel do terceiro setor e de conselhos municipais e estaduais de meio ambiente, sempre presentes na discussão, formulação e aplicação das políticas ambientais vigentes. O posicionamento de Meneguzzo e Oka-Fiori (2015, p. 28) cede à promulgação da Constituição Federal (1988) período em que os autores atribuem o começo da “normatização e categorização das unidades de conservação do Brasil” resultando na promulgação do SNUC, em 2000.

Direcionando um olhar mais apurado sobre a região-base para a composição da obra, os Campos Gerais são destacados pela sua diversidade geológica, que dão condições para o uso turístico desta atratividade e sobre aspectos relacionados à flora, sem quaisquer descrições aprofundadas sobre o espaço, que pode dificultar a compreensão deste território para leitores não habituados ao segundo planalto paranaense.

Em seguida, em um dos trechos mais detalhados da obra, são detalhados os resultados obtidos através das entrevistas com os gestores das UC: Parque Estadual de Vila Velha (PEVV), Parque Estadual do Guartelá (PEG), Parque Estadual do Cerrado (PEC), Parque Estadual do Monge (PEM) e o Parque Estadual do Vale do Codó (PEVC), onde se observa a homogeneidade entre as UC somente nos quesitos “Mosaico de UC” e “Monitoramento da Zona de Amortecimento”, em que todos negaram a condição e o monitoramento, respectivamente. Das cinco Unidades, apenas o PEVC ainda não está implementado e também não conta com um Plano de Manejo. A situação deste Parque é preocupante, pois desde sua criação, em 2007, nenhuma ação efetiva encontra-se completa para que a proteção de sua área aconteça.

O indicador “Conselho Consultivo” não existe no PEVC e também no PEC (criado em 1992 e implementado em 2001), portanto, também não pode ser determinado o ano de implantação de tal Conselho sobre estas Unidades. Os Planos de Manejo, reconhecidos como instrumentos de gestão primordiais para UC, foram implementados no PEVV, 51 anos após sua criação legal, 42 anos no caso do PEM, 10 anos para o PEC e 4 anos após a criação do PEG, único que respeitou o limite de até cinco anos, conforme disposto na legislação do SNUC.

Por fim, o indicador “Situação Fundiária” encontra-se regular apenas no PEVV e no PEG, estando em fase de regularização para o PEC e PEM, enquanto no PEVC a situação está irregular. Neste aspecto, pode-se verificar através dos resultados apresentados que todas as UC pesquisadas não estão sendo geridas de maneira adequada, no que concerne ao âmbito legal, gerando um potencial negativo para os elementos bióticos e abióticos presentes nestas áreas.

Os próximos dois capítulos que recebem os títulos “Eficácia de Gestão da Reserva Biológica das Araucárias, Paraná” e “Eficácia de Gestão do Parque Nacional dos Campos Gerais, Paraná”, disponíveis entre as páginas 43 a 56 e 57 a 68, respectivamente, são de autoria de Capote et al (2015) e Bach et al (2015), é adaptada a metodologia de Faria (2004) em relação aos âmbitos “Planejamento e Ordenamento”, “Administrativo”, “Político-legal”, “Conhecimento” e “Qualidade dos Recursos Protegidos”.

O principal aspecto negativo nestes capítulos reside em não demonstrar quais alterações foram realizadas na metodologia-suporte para a investigação da Reserva Biológica das Araucárias (REBIO) e do Parque Nacional dos Campos Gerais (PNCG), obrigando ao leitor a busca pelo trabalho original de Faria (2004) para compreender as mudanças, que ocorreram no campo Planejamento, isolado, no original, e Manejo Florestal, inexistente no modelo proposto pelos autores em Meneguzzo (2015), além de, por vezes, deslocar o leitor sobre a pontuação, uma vez que não há em anexo o modelo de questionário aplicado.

Ambas as UC em estudo foram criadas em 2006, tendo o PNCG gerado diversos conflitos entre produtores rurais, sociedade em geral, academia e poder público durante os anos que antecederam sua criação legal. Também em consonância está o total de municípios que as Unidades ocupam, sendo Teixeira Soares, Imbituva e Ipiranga, no caso da REBIO e Ponta Grossa, Castro e Carambeí, para o PNCG. Algumas características gerais são apresentadas em relação à REBIO e um pouco mais aprofundada sobre o PNCG, o que não compromete a qualidade do texto, uma vez que o enfoque não reside na caracterização das UC, mas sim da qualidade de sua gestão.

O resultado percentual de eficácia de gestão para a REBIO, após a resposta de 34 perguntas ao gestor desta UC foi de 52,94%, que, de acordo com o sistema de classificação proposto, apresenta um “padrão inferior” (41 - 54,99%) no qual são considerados os recursos existentes para sua gestão, podendo ocasionar o descumprimento dos objetivos de criação da Unidade. Ainda assim, os autores argumentam que, dentro das possibilidades de atuação administrativa da Reserva, os resultados foram considerados altos, contudo, as limitações não permitem a contemplação da REBIO como um todo, gerando inúmeros critérios com notas baixas.

Em relação aos resultados alcançados pelo PNCG, avaliado pela mesma metodologia de Faria (2004) e com as 34 questões iguais aplicadas à gestão da REBIO, obteve-se o mesmo padrão inferior (41 – 54,99%) para o Parque Nacional, que alcançou índices ainda inferiores à REBIO, com um total de 48,41%. Estes dados, infelizmente, demonstram a realidade destas duas UC, que sofrem com falta de recursos financeiros, equipe profissional e equipamentos adequados à gestão de áreas tão complexas e importante para região.

O penúltimo capítulo, denominado “Geoturismo no Parque Estadual do Vale do Codó, Paraná”, presente nas páginas 69 a 84, trata de um tema de recente debate científico no Brasil, o qual Moreira (2011) apresenta estudos bastante inovadores no que tange a Interpretação Ambiental e o Turismo. Meneguzzo (2015) corrobora com o nulo enfoque dado pelo SNUC em relação ao patrimônio geológico, que privilegia em seu texto os aspectos bióticos, tão somente. O PEVC, objeto de outra abordagem durante a obra, é desta vez mais detalhado pelo autor, que destaca a formação da área em que o Parque está situado, suas características geológicas e biológicas.

A partir desta contextualização, o papel do Geoturismo é destacado, sobretudo para permitir que um público distinto do acadêmico possa compreender e desfrutar dos atrativos abióticos do local. As possibilidades que o PEVC permite aliar o uso geoturístico é destacado por 10 diferentes categorias de atrativos, sendo: lapas, marmitas, cachoeiras, icnofósseis, estratificação cruzada, canyon, caneluras, bacias de dissolução, alvéolos e relevo ruiforme. Sabe-se que a importância e a riqueza destes elementos exigem um conhecimento prévio de sua formação, nem sempre acessível à comunidade geral. Portanto, a geodiversidade pode abranger atividades de educação ambiental com prática de campo, tanto para alunos de ensino fundamental, médio e superior quanto para a sociedade como um todo.

Por fim, o capítulo “As unidades de conservação da região dos Campos Gerais do Paraná: Vulnerabilidade e Potencialidades” (páginas 85 a 87) exibe uma reflexão final sobre a obra, onde os autores corroboram a hipótese de gestão deficitária nas UC em estudo, destacando que o conceito “Parques de Papel” podem ilustrar a realidade investigada. O poder público tem falhado na promoção destas áreas, capazes de assegurar a conservação e também de fomentar o turismo. Meneguzzo e Meneguzzo (2015) destacam que as questões referentes à sustentabilidade, desenvolvimento econômico, educação e pesquisa científica podem contribuir tanto para a sociedade quanto para o meio físico-biológico, negligenciados até o momento.

“Unidades de Conservação nos Campos Gerais” é um livro de notável valia para todos aqueles que são interessados em estudar e melhor compreender as potencialidades geradas a partir das UCs existentes na região. Além de ampliar o olhar em relação ao patrimônio natural, permite reflexões e sugere ampliações investigativas futuras, instigando o leitor a contribuir com a temática.

Referências bibliográficas

BACH, S. F. S. et al. Eficácia de gestão do Parque Nacional dos Campos Gerais, Paraná. In: MENEGUZZO, I. S. (Org.). **Unidades de Conservação nos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015, p. 57-68.

BRASIL. Lei número 9.985, de 18 de julho de 2000. **Estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em 08 mai. 2015.

CAPOTE, G. O. et al. Eficácia de gestão da reserva biológica das araucárias, Paraná. In: MENEGUZZO, I. S. (Org.). **Unidades de Conservação nos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015, p.43-56.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIA, H. H. **A eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo**, Brasil. 2004. 385 f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente, São Paulo, 2004.

MENEGUZZO, I. S. A conservação da natureza: nota introdutória. In: MENEGUZZO, I. S. (Org.). **Unidades de Conservação nos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015, p. 13-20.

MENEGUZZO, I. S. Geoturismo no Parque Estadual do Vale do Codó, Paraná. In: MENEGUZZO, I. S. (Org.). **Unidades de Conservação nos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015, p. 69-84.

MENEGUZZO, I. S; MENEGUZZO, P. M. As unidades de conservação da região dos Campos Gerais do Paraná: Vulnerabilidade e potencialidades. In: MENEGUZZO, I. S. (Org.). **Unidades de Conservação nos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015, p. 85-87.

MENEGUZZO, I. S; OKA-FIORI, C. A efetividade das políticas ambientais para a conservação da natureza nos Parques Estaduais dos Campos Gerais do Paraná. In: MENEGUZZO, I. S. (Org.). **Unidades de Conservação nos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015, p. 21-41.

MOREIRA, J. C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

SOUZA, A. C. A. **A evolução da política ambiental no Brasil do século XX**. Revista Ciência Política. n. 26. Dez. 2005.